

GESTÃO DEMOCRÁTICA EM ESCOLA PÚBLICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Izabela Freitas Louzada¹
Cecília de Campos França²

RESUMO

Este artigo teve como objetivo trazer à baila reflexões acerca das contradições flagrantes entre o que se diz sobre o Brasil e o que, de fato, ele tem mostrado na sua dinâmica social. A gestão democrática na escola pública tem estado em foco nas discussões sobre educação, porém o que se vê, na maioria das vezes é que as escolas públicas se veem amarradas a uma burocracia, leis e regulamentos que as imobiliza e inviabiliza a tão proclamada autonomia. Essa está presente nos discursos e retóricas, mas pouco se objetiva na sociedade brasileira conforme nos faz refletir Chauí (2000). Outros autores tais como: Barroso (1998), Veiga (1997), Torres (2000), Lück (2000), Gadotti (2004), dentre outros, nos subsidiaram nas reflexões acerca da chamada gestão democrática e a desejada autonomia da instituição escolar. A conclusão provisória que chegamos é de que se almeja em algumas instâncias a autonomia das escolas públicas, mas ao mesmo tempo, as condições postas não favorecem que essa se objective e corre-se o risco dessa autonomia, sob o trato ideológico ocultador, ser transformada em abandono por parte do poder público, visando o enfraquecimento da esfera pública em prol da iniciativa privada, bem ao intento da política capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Democrática, Escola Pública, Autonomia.

ABSTRACT

This article aims to bring up reflections on the glaring contradictions related to what is said about Brazil and what, in fact, it has been shown in its social dynamics. The democratic management in public schools is in focus in education discussions, but what we see, most of the time is that public schools are seen tied to bureaucracy, laws and regulations that immobilize and prevent the much-vaunted autonomy. This is present in the speeches and rhetoric, but little is the of objective in Brazilian society, according to Chauí (2000). Other authors such as Barroso (1998), Veiga (1997), Torres (2000), Lück (2000), Gadotti (2004), among others, suggest reflections on the so-called democratic management and the desired autonomy of the school. The temporary conclusion we reached is that one desires in some instances the autonomy of public schools, but at the same time, the given conditions do not favor this objective to be reached. As consequence, this autonomy runs the risk, under the concealer ideological tract, of being transformed in abandonment by the government, aiming the weakening of the public sphere in favor of the private initiative following a capitalist policy.

KEYWORDS: Democratic Management, Public School, Autonomy

¹ Pedagoga e especialista em Educação Infantil pela FAEST.

² Profa. Adjunta da Unemat, Universidade do Estado do Mato Grosso doutora em Educação pela PUC/SP e com pós-doutorado também em Educação pela Unicamp. Pesquisadora do grupo LIPP – Literatura Infante Juvenil Poesia e Prosa certificado pela CNPQ. Pesquisadora do grupo de pesquisa Novos Talentos, certificado pela CAPES e pesquisadora do grupo NETSS – Núcleo de Estudo Trabalho, Saúde e Subjetividade da Unicamp, certificado pelo CNPQ.

INTRODUÇÃO

Iniciamos nossa discussão trazendo à baila reflexões de Marilena Chauí na obra intitulada *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*, pois diante da proposta de discussão sobre gestão democrática e escola pública é importante que saibamos sobre algumas das ideias ideológicas que circulam e, são constantemente repostas tanto nos discursos políticos quanto nas falas cotidianas sobre a representação que se tem sobre o Brasil.

As escolas públicas são instituições sociais e têm um papel fundamental na construção do país, assim como, na constituição de identidades que formam a estrutura nacional. Por isso, pensar e esclarecer as contradições entre os discursos que temos em circulação sobre o país pode ser profícuo para desmantelar imagens falsas acerca tanto do povo quanto da história e das relações internas e externas que o Brasil alimenta.

Uma democracia não se implanta por decreto, mas é resultado de movimentos sociais, tensões entre diferentes grupos e não se configura como um paraíso, mas sim com diálogo e conflito. Esta deve ser caracterizada como um turbilhão de múltiplos interesses e disputas. De todo modo, o princípio que deve sempre prevalecer é de uma representatividade efetiva nas instâncias deliberativas de poder de todos os grupos sociais que compõem a sociedade e com possibilidade de vetos e votos. Assim sendo, o que se tem é uma disputa leal, legítima em que um determinado grupo, independentemente de ser mais ou menos numeroso, tem condições de vetar propostas que venham a ferir suas condições de dignidade e de vida social (FRANÇA, 2014).

Infelizmente, no Brasil, não se tem configurado nenhum paraíso, a menos que esse adjetivo seja proferido na perspectiva daqueles que nos exploram como o Banco Mundial, o FMI e a Organização Mundial do Comércio. Sendo esses organismos internacionais autoritários, legislam e supervisionam as ações dos países sob sua dependência com mão de ferro, além de buscarem determinar os rumos da educação nesses países. Sendo assim, a condição basilar da democracia ainda não se configurou em nenhuma das instâncias de poder em nosso país (FRANÇA, 2014).

1 O MITO BRASIL³

Na epígrafe acima o que vemos são ideias de o Brasil ser um país abençoado por Deus, ser belo por natureza, ter carnaval que é uma manifestação social alegre e exuberante, ter futebol que serve como distração e paixão, portanto, país que reúne características suficientes para que seu povo seja e viva feliz. Estes são estereótipos construídos socialmente com a intenção de mascarar a real situação do país e do povo historicamente explorado, submetido à ganância dos poderosos, desumanizados pelos exploradores que o submetem a condições brutais em todos os sentidos.

Chauí (2000) explora a ideia de mito tendo duas perspectivas de entendimento. A primeira é de ser esse elemento importante da ideologia dominante que intenta obscurecer a dinâmica das relações sociais que são verticalizadas, preconceituosas, discriminatórias e desqualificadoras para grande parte dos nativos e de suas descendências. A segunda é proveniente da Antropologia e tem o sentido de “uma espécie de narrativa utilizada para explicar, entender, ou ainda justificar determinada realidade, solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade” (CHAUÍ, 2000, p. 9). Ideias como aqui não há preconceitos, convivência harmônica entre diferentes, alegria, praia, samba, carnaval, futebol e mulheres sensuais é uma representação do Brasil para brasileiros. Alguns dos mitos que são repostos cotidianamente são: o *índio corajoso*, os *negros estoicos e os bravos e melancólicos portugueses* que na mistura entre eles surge o samba. A autora traz a questão do mito fundador como aquele que narra à origem de um povo e é *eternizado* pela reposição constante, presença sempre evocada em diversos momentos significativos da história de um país e de sua gente.

Chauí (2000, p.8) trata de alguns mitos brasileiros como a “crença generalizada de que o Brasil é um dom de Deus e da Natureza, que tem um povo pacífico, ordeiro, generoso, alegre e sensual, mesmo quando sofredor, ou ainda que é um país sem preconceitos”.

³ Este subitem foi escrito tendo como referência as ideias de Marilena Chauí na obra Brasil: mito fundador e sociedade autoritária citado nas referências desse texto.

A ideia de consciência nacional sofre mediante estes discursos ideológicos um esvaziamento, pois subtrai a consciência de si, política e de classe em prol da “nação”. No texto, a autora relata e reflete sobre o significado de nação desde sua origem até o sentido moderno evidenciando que originalmente este se referia a um povo *sem fé, sem rei e sem lei* e essa interpretação feita pelo colonizador foi vista como atraso e selvageria. O que fica explícito é que a representação do Brasil é feita por meio de comparação com o colonizador e, assim sendo, põe-se em relevo o que falta nesse país e nesse povo para se igualar, equiparar ao colonizador e não o que aqui se encontra de novo, de riqueza, de multiplicidade e possibilidade.

O mito fundador do Brasil se ancora inicialmente na natureza, na ideia de Paraíso na Terra, jardim das delícias e do sossego colocando a história concreta de exploração, escravidão e barbárie mascarada, ocultada e naturalizada.

A questão da mestiçagem em terras brasileiras suscita muita polêmica, pois, muitas vezes essa se deu por meio de violência sexual, má fé, interesses de poder, econômicos e submetimento. Um exemplo citado por Darcy Ribeiro (1995) sobre essa questão é dos colonizadores terem engravidado milhares de índias, tão logo descobriram que na crença de diversas etnias indígenas no Brasil quando um homem engravidava uma índia passava a ser parente, e sendo assim, os demais membros da etnia o serviam espontaneamente, pois esse deixava de ser estranho, estrangeiro e passava a ser um deles.

Chauí (2000) demonstra como dessa história resulta uma sociedade autoritária, hierarquizada e verticalizada, desigual, repleta de contradições ideológicas, políticas e sociais imersa em relações de submetimento, de descaso e desumanização do Outro, firmada na tônica da cultura servil. Negros, mulheres, crianças, idosos, pobres, homossexuais além de receberem tratamento visivelmente diferente no âmbito das leis e do tratamento cotidiano têm muitas vezes suas condições invisibilizadas. A intenção ideológica é de estimular com a reposição e propagação do mito Brasil o conformismo e a certeza de que nada pode ser feito para reverter essas condições construídas ao longo de muitos séculos.

2 GESTÃO DEMOCRÁTICA E ESCOLA PÚBLICA

O princípio de democracia só poderá se realizar, se objetivar a partir de alguns elementos pressupostos, tais como: participação, autonomia, transparência e pluralidade (ARAÚJO, 2009).

A modalidade da atual gestão democrática na escola é resposta ao esforço dos educadores e de movimentos sociais em prol da escola pública para todos laica, de qualidade e democrática.

A gestão democrática consiste nas palavras de Mendonça (2000, p.96), em:

Um conjunto de procedimentos que inclui todas as fases do processo de administração, desde a concepção de diretrizes de políticas educacional, passando pelo planejamento e definição de programas, projetos e meta educacionais, até as suas respectivas implementações e procedimentos avaliativos.

E isto nos faz pensar numa gestão com caráter educativo, que tem o direito e o dever de favorecer a consciência democrática e a participação da comunidade escolar na tomada de decisões, assim tratando os conselhos existentes com ética e transparência de tal modo que possa oferecer mudanças na realidade escolar conjuntamente com a comunidade e o sistema de ensino.

Torres (2000, p.16) nos alerta que:

A gestão democrática é um projeto cujas condições de existência implicam, de uma parte, a responsabilidade coletiva e, de outra parte, a vontade individual de transformar a própria consciência, pelo autoconhecimento, pela autocrítica, pela humildade de aceitar a diferença, como condição para o diálogo e para a ação conjunta.

A gestão democrática é um processo político através do quais pessoas envolvidas discutem ideias, determinam, e planejam soluções para os problemas no âmbito escolar, e essas ações coletivas são de suma importância para as mudanças acontecerem. Ela só pode ocorrer se houver uma união de elementos que favoreçam sua prática, pois implica maior autonomia na escola. Para que esta autonomia aconteça é necessária a

participação de todos nas tomadas de decisões, devendo ser estas transparentes nos processos administrativos, financeiros e pedagógicos do sistema de ensino da escola.

Paulo Freire (1996) nos faz refletir sobre uma prática pedagógica politizada imersa em princípios éticos e compromissada com um mundo justo e equitativo. Educador e educando ensinam e aprendem mutuamente. A ideia de descentralização de poder e decisões têm sido um dos aspectos evidentes nas políticas públicas da década de noventa até a atual, e esta sugere a redistribuição do poder entre as esferas públicas regionais e locais. Vemos que essas políticas educacionais têm ampliado a autonomia nas escolas públicas. É necessário que se tenha claro que tanto para Freire (1996) como para nós, autonomia não se refere a abandono da instituição escolar pelo poder público, mas sim, a um compromisso coletivo de atuação em benefício da sociedade, dos alunos, de toda a gente que vive, convive e tem o direito de participar politicamente da vida. Autonomia, portanto, nessa concepção diz respeito a uma condição de livre pensar, com criticidade e elementos de análise que revelem ideologias e intenções a fim de libertar a si mesmo e as pessoas de relações de submissão.

Estas políticas educacionais se estruturam e se organizam a partir do princípio da autonomia, e, por ser uma instituição do estado e da sociedade civil, a autonomia é restrita nas suas atribuições, pois ela não tem como referência somente o seu próprio benefício, mas finalidades propostas que são regidas por normas e cumprimento de leis. Desse modo a autonomia da escola é sempre relativa, deve demarcar sua identidade mediante a construção do projeto político pedagógico. Importante é nos mantermos sensíveis para perceber quando a retórica fala em autonomia, mas de fato, diz abandono das instâncias locais, como já se viu acontecer no Brasil em outros tempos.

Partindo dessa premissa, Barroso (1998, p. 18-23) aponta sete princípios para a elaboração de um programa de ênfase na autonomia das escolas:

O reforço da autonomia da escola deve ser definido levando em conta as diferentes dimensões das políticas educativas.
A “autonomia das escolas” é sempre uma autonomia relativa, uma vez que é condicionada pelos poderes públicos e pelo contexto que se efetiva.

Uma política de reforço da autonomia das escolas não se limita a dispositivos legais, mas exige a criação de condições e dispositivos que permitam as autonomias individuais e a construção do sentido coletivo. A “autonomia” não pode ser considerada como uma “obrigação” para as escolas, mais sim como uma “possibilidade”. O reforço da autonomia das escolas não tem uma função em si mesmo, mas é um meio para que elas ampliem e melhorem as oportunidades educacionais que oferecem. A autonomia é um investimento baseado em compromisso e implica melhoria e avanços para a escola. A autonomia também se aprende.

Deste modo, podemos entender autonomia e gestão democrática como indissociáveis no processo de construção diária destas, de tal forma que o resultado da mobilização de todos com o compromisso de ensino/aprendizagem melhorará as oportunidades na educação. E é neste processo que se efetiva a construção das várias formas de participação, de construção da autonomia. Vale ressaltar que a autonomia se aprende e se instala na medida de seu exercício.

Veiga (1997, p. 16-19) apresenta quatro dimensões articuladas para a autonomia da escola: “administrativa, jurídica, financeira e pedagógica”.

No âmbito administrativo: esta autonomia diz respeito à organização da escola como um todo que tem como destaque a figura do diretor como agente promotor de um modelo de gestão e este tem o controle normativo-burocrático, tais como o registro de frequência, notas e balancetes. Os indicadores do desempenho e qualidade dos trabalhos desenvolvidos na escola. Emprega os recursos disponíveis para obter os resultados desejados. Administração de pessoal e do material, participação da comunidade escolar nos processos de decisões e avaliações, que envolve não apenas aqueles que convivem com ele na escola, como também a comunidade e o próprio sistema educacional no qual a escola está inserida.

Quanto ao aspecto jurídico: a instituição de [ensino](#) pode elaborar suas normas escolares baseadas na legislação educacional, como por exemplo, transferência de alunos e admissão de professores, a elaboração e a execução do regimento escolar, estatutos e portarias, avisos e a escrituração escolar. Possibilita que as normas de funcionamento façam parte de um regime elaborado pelos segmentos envolvidos na escola, e não de um regimento que pertence a todas as instituições escolares.

Quanto à dimensão financeira: a escola pode adequar os recursos financeiros para a efetivação dos seus planos e projetos. Essa autonomia pode ser total ou parcial. Quando ela é total a escola assume a responsabilidade de administrar todos os recursos a ela repassados pelo poder público, já quando é parcial ela só pode administrar parte dos recursos destinados, cabendo ao órgão central do sistema [educativo](#) se responsabilizar pela gestão de pessoal e o restante das despesas. Sendo responsável pela elaboração e execução orçamentária da instituição escolar. Conforme a LDBEN nº 9.394/96, artigo 12, inciso II, a escola tem responsabilidade em administrar seu quadro de pessoal e recursos financeiros, pois a instituição é pública, financiada pelo poder público e os recursos orçamentários a ela destinados necessitam de que haja previsão de controle interno e externo das contas, possibilitando assim a transparência de sua aplicação (LOUZADA, 2014).

A esfera pedagógica: define sobre o desenvolvimento e a avaliação do Projeto Político Pedagógico (PPP), tendo como condição necessária o ensino e a pesquisa. É nessa dimensão que encontramos a identidade e função social da escola. Através dela a escola define as atividades pedagógico-curriculares.

Quando a autonomia é vista como condição importante na comunidade, nos processos decisórios da escola, a gestão democrática passa a ser uma prática presente na instituição, procurando deixar de lado as práticas autoritárias que estão em vigor na sociedade, assumindo uma postura de participação e emancipação. A autonomia da escola é uma forma promissora para promover um ensino de qualidade, pois deve negociar de forma permanente os seus interesses educacionais.

A expansão dos espaços de decisões e participações coletivas consolida a autonomia da escola. Isso nos faz atentos para cuidar da criação de uma convivência democrática em que saibamos escutar e entender o pensamento do outro. As divergências de pensar e agir constituem a seara democrática.

Conforme afirma Bordenave (1994, p. 78) a participação é algo que se aprende e se aperfeiçoa. Ninguém nasce sabendo participar, mas como se trata de necessidade natural, a habilidade de participar cresce rapidamente, quando existem oportunidades de praticá-las.

Uma Gestão Democrática deve permear todos os segmentos da escola, fazendo com que todos os membros da instituição possam construir projetos, deliberar, vetar, pensar coletivamente, discutir comemorações, reuniões e resoluções de problemas emergentes no espaço escolar. Participar da construção do projeto político pedagógico é fundamental, pois este norteia e promove o conhecimento dos objetivos da escola, de sua organização e de como estão previstas as ações administrativas e pedagógicas.

O colegiado ou conselho escolar é instância importante de deliberação e o diretor é presidente nato, porém as decisões na administração da instituição sempre são realizadas no colegiado, que deve se compor com representantes de todos os segmentos da escola e da comunidade. Para assumir a função de diretor escolar é necessária eleição, porém a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 não prevê essa situação. Assim sendo, é importante definir as atribuições e o papel político da equipe gestora e Conselho Deliberativo Escolar (LOUZADA, 2014).

Paro (2006, p. 81-82) ao tratar do conselho tendo em vista uma política mais ampla de gestão escolar refere-se à:

[...] necessidade de uma definição mais precisa de suas funções, dotando-o de atribuições e competências que o tornem corresponsável pela direção da escola, sem provocar choque de competências com o diretor [...]. Uma solução que poderia imaginar essa questão é a de dotar o conselho de escola de funções diretivas, semelhantes às que tem hoje o diretor, passando a ser o próprio conselho, em corresponsabilidade com o diretor, que dele também faz parte. A vantagem desse tipo de solução é que o conselho, na condição de entidade coletiva, fica menos vulnerável, podendo tomar medidas mais ousadas, sem que uma pessoa, sozinha corra o risco de ser punida pelos escalões superiores. Supõe-se que, assim, o dirigente da escola e o conselho detenham maior legitimidade e maior força política, posto que representava todos os setores da escola. Seu poder de barganha e sua capacidade de pressão, para reivindicar benefícios para a escola, seriam, também, superiores ao do diretor isolado.

O voluntariado do conselho, assim como jornadas extensas de trabalho de seus membros são condições que dificultam a esses assumirem suas responsabilidades, deixando assim uma lacuna no cumprimento da democracia dentro da escola. O que é possível notar é que existem dificuldades que são externas à própria dinâmica escolar, que são resultado da ordenação social, política e econômica que obstaculizam ações democráticas dentro da instituição.

A figura do diretor tem um papel de suma importância para organização e bom funcionamento do ambiente escolar que engloba, dentre outros aspectos: físicos, relacionais, sócio-político, material, financeiro e pedagógico. A figura do diretor, não raramente é vista como autoridade máxima no interior da escola, o que está em consonância com a organização autoritária e centralizadora que vivemos na história do Brasil. Pensando assim, este teria um grande poder, por outro lado, ele acaba se constituindo de fato, em virtude de sua condição de responsável último pelo cumprimento da lei e da ordem na escola como mera proposta do Estado. Romper com essa visão, entendimento e relações é trabalhar no sentido de construção de autonomia e compromisso coletivo. Não basta desenvolver competência técnica, princípios e métodos necessários a uma moderna e adequada administração dos recursos da escola. A falta de autonomia em relação aos escalões superiores e a precariedade das condições concretas para desenvolver atividades no interior da escola funcionam como um impedimento efetivo de ação. Sendo assim, não há problemas na escola para administrar os recursos, mas sim a falta desses.

A partir da década de 90, a terminologia de administração escolar foi suprimida pelo termo Gestão. Como apontado por Lück (2000), essa substituição não é mera semântica, mas sim uma mudança conceitual e até mesmo pragmática e muito significativa, que muitas vezes tem sido alvo de controvérsias. Muitos questionam essa transposição da questão empresarial para a educacional, pois a instituição escolar tem uma missão formadora e crítica e não deve se organizar a partir da lógica do mercado, mas a serviço do desenvolvimento do potencial humano que lá se encontra. O novo conceito de gestão está muito além de ser somente a administração, já que esta envolve a participação da comunidade nas decisões a serem tomadas na escola. A gestão passa a ser característica de um ambiente autônomo e participativo, que nos dá a entender um trabalho coletivo e compartilhado com todos que compõem a instituição e a comunidade em prol de objetivos comuns.

Libâneo (2005, p. 49) ao refletir sobre o papel da direção escolar diz que:

[..] o diretor coordena, mobiliza, motiva, lidera, delega aos membros da equipe escolar, conforme suas atribuições específicas, as responsabilidades decorrentes das decisões, acompanha o desenvolvimento das ações, presta

contas e submete à avaliação da equipe o desenvolvimento das decisões tomadas coletivamente.

Deste modo percebemos que o gestor exerce inúmeras funções dentro do ambiente escolar, sendo este um líder que articula em todos os setores. Sua competência seria trabalhar na construção de um ambiente escolar, incentivando a equipe de trabalho na qualificação do processo de ensino/aprendizagem.

A gestão democrática surge como um novo paradigma, este que procura ir além das limitações implantadas no meio institucional como o conservadorismo, o autoritarismo, a centralização, a divisão de poder, em busca de ações mais efetivas na escola, marcada por diversas práticas interativas, participativas e democráticas que evoluem no sentido da descentralização do poder, da democratização escolar e da autonomia da gestão escolar (LÜCK, 2000).

Escolas democráticas buscam trabalhar para a permanência dos alunos que lá estão e desenvolvem ações que visam o fortalecimento do processo de ensino/aprendizagem entendendo que “sucessos” e “fracassos” na educação são construídos e repartidos por todos os que estão envolvidos nesse.

Assim, para que esses fundamentos se constituam e preconizem uma educação democrática, emancipadora, cidadã, e possam desfazer os do antigo paradigma de que a escola não é para todos, é necessário que a comunidade escolar e local participe efetivamente nos conselhos, com autonomia para exercer seu poder cidadão na gestão das instituições públicas de educação, pois é visto que a instituição deve tratar da cidadania.

Moacyr Gadotti (2004, p.04) ao tratar da gestão democrática diz:

A Gestão democrática é, portanto, atitude e método. A atitude democrática é necessária, mas não é suficiente. Precisamos de métodos democráticos de efetivo exercício da democracia. Ela também é aprendido, demanda tempo, atenção e trabalho.

Os mesmos órgãos que recomendam a autonomia da escola, a eleição do diretor e concedem a verba para a autogestão impedem a prática dessa autonomia com

normativas e regulamentos sobre operações e não sobre qualidade educacional e suas condições reais. Há habitual interferência no cotidiano escolar e de controle sobre a mesma por instâncias superiores que, muitas vezes, chega mesmo a inviabilizar a implantação de um projeto político pedagógico próprio, que é descartado na expectativa de ordens superiores. Lück (2000) aponta ainda que existem instruções que saem do mesmo local como a Secretaria de Educação, de setores distintos, e são conflitantes entre si e desestimulam e confundem a realização de um projeto próprio, construído junto à comunidade provocando assim, a imobilização e o desânimo dentro da escola.

Diante do exposto até aqui, vemos que há contradições flagrantes tanto na organização sócio-político-econômica do Brasil que obstaculizam a implantação e o exercício democrático cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esse trabalho trazendo reflexões acerca de como a sociedade brasileira foi se constituindo como tal: sociedade verticalizada, autoritária, preconceituosa, discriminatória, violenta e brutal. O conhecimento da história nos oferece inúmeros fatos que nos apontam para essa direção. A dinâmica da sociedade brasileira, nos dias de hoje, continua a nos oferecer fatos cotidianos das relações de força e poder que aqui se encontram, desde há muito tempo.

A ideologia que ainda predomina em nosso país leva simultaneamente as pessoas ao conformismo de que muito pouco pode ser mudado e de que o povo brasileiro é abençoado por suas terras, paisagens, beleza e mestiçagem, na tentativa de desarticular qualquer conduta de indignação, mobilização social e revolta pelos caminhos e descaminhos que aqui se encontram instalados ao longo da história, desde a chegada do colonizador até hoje.

Muitas são as contradições que podemos observar desde o nível ideológico perpassando pelos demais. Um país que não defende oficialmente a pena de morte, mas mata jovens, negros e pobres, oficiosamente e permite a morte de crianças pela fome e pela miséria. País que proclama a autonomia e criticidade das escolas, mas inviabiliza a

ambas. Fala-se em democracia, mas as ações cotidianas são autoritárias; evoca-se escola para todos, mas as instituições são altamente seletivas, não acolhem a todas as pessoas na sua multiplicidade de condições. País que possui leis que garantem direitos, mas esses são esquecidos nos movimentos e ações cotidianas. País que realiza uma eleição e que o povo escolhe nas urnas quem deve representá-los no poder e na direção da nação, mas que vê a elite mobilizada proclamando o *impeachment* da escolhida por eleição legítima e direta, buscando invalidar a decisão da maioria... Elite essa que levanta a bandeira de ser contra a corrupção no país, pois queria ver empossado o candidato pertencente ao partido mais antigo do país com história de séculos de exploração da nação e de nosso povo. Corrupção essa que não começou na atual gestão, mas que se arrasta ao longo da história do Brasil, sem ter visto qualquer manifestação anterior contra ela. E assim poderíamos citar tantas outras contradições.

Liberdade, autonomia, relações equitativas, democracia, justiça, solidariedade, valorização da vida dentre outros tantos princípios estão em discursos meramente retóricos sem qualquer sustentação nas ações e na dinâmica da sociedade brasileira. Por em relevo essa condição de contradição e obscurecimento desses princípios no dia-a-dia é um excelente começo para se transformar a realidade.

A conclusão provisória que chegamos é de que se almeja em algumas instâncias a autonomia das escolas públicas, mas ao mesmo tempo, as condições postas não favorecem que essa se objetive e corre-se o risco dessa autonomia, sob o trato ideológico ocultador ser transformada em abandono por parte do poder público, visando o enfraquecimento da esfera pública em prol da iniciativa privada, bem ao intento da política capitalista.

Os desafios para a objetivação de uma gestão democrática dentro do espaço escolar começam na dinâmica social e adentram os muros da instituição. É possível pensar em gestão democrática e autonomia das escolas e instituições públicas? Sim, desde que tenhamos bem claro que conhecimento e envolvimento político nos subsidiam a *lutar incansavelmente para que a justiça social se instale antes da caridade* (FREIRE, 1987).

Dentre tantos desafios que se colocam diante dessa realidade, podemos citar a teimosa esperança que devemos alimentar. Esperança essa concebida na linha de Paulo Freire (2000) que nos disse, na Canção Óbvia (1971):

[...] quem espera na pura espera
Vive um tempo de espera vã.
Por isto, enquanto te espero
Trabalharei os campos e
Conversarei com os homens.
Suarei meu corpo, que o sol queimará;
Minhas mãos ficarão calejadas;
Meus pés aprenderão os mistérios dos caminhos;
Meus ouvidos ouvirão mais;
Meus olhos verão o que antes não viam;
Enquanto esperarei por ti.
Não te esperarei na pura espera
Porque o meu tempo é um tempo de quefazer.
Desconfiarei daqueles que virão dizer-me;
em voz baixa e precavidos:
É perigoso agir,
É perigoso falar,
É perigoso andar,
É perigoso esperar na forma em que esperas,
Porque esses recusam a alegria de tua chegada.
Desconfiarei também daqueles que virão dizer-me,
Com palavras fáceis que já chegaste,
Porque esses ao anunciar-te ingenuamente,
Antes te denunciam.
Estarei preparando a tua chegada
Como o jardineiro que prepara o jardim
Para a rosa que se abrirá na primavera.

Paulo Freire, nesse belíssimo texto, fala da tão almejada democracia que só poderá ser concretizada no mundo por meio da construção contínua da sociedade que sonhamos, resultado de muito trabalho, esperança e luta.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adilson Cesar. **A Gestão Democrática e os canais de participação dos estudantes.** 2009. Disponível em:

www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/download/116/305 Acesso em 2014.

BARROSO, João. O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (org.), **Gestão Democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**, São Paulo: Ed. Cortez, 1998.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação.** 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos, 95).

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Publicada no Diário Oficial de 23 de dezembro de 1996. Disponível em:

www.mec.gov.br/legis/default/shtm Acesso em 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil, Mito Fundador e Sociedade Autoritária.** 4. ed. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2001.

FRANÇA. Cecília de Campos. **Preconceitos Dissipam a Alteridade: experiências de alunos e egressos da UNEMAT**, curso de letras, *campus* de Tangará da Serra – MT. Campinas. Tese de Pós Doutorado: Unicamp, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** 25ª edição. São Paulo: paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17166 edição. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Canção Óbvia. In: **Pedagogia da Indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora Unesp, 2000.

GADOTTI, Moacyr. **Escola Cidadã.** São Paulo: Cortez, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005

LOUZADA, Izabela. **Gestão Democrática e seus Desdobramentos na Escola Pública.** Monografia co Curso de Pedagogia da FAEST, 2014.

LÜCK, Heloísa (org). **Gestão escolar e Formação de Gestores.** Em Aberto. Brasília, v. 17, n. 72, pp.1-195, fev/jun, 2000.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **A regra e o jogo**: democracia e patrimonialismo na educação brasileira. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2000.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TORRES, **Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores**. In: Em Aberto, Brasília, v.17, n.72, fev/jun, 2000, pp. 11-33. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/em_aberto_72

TORRES, Artemis – GARSKE, Lindalva Maria N. **Diretores de Escola: o desacerto com a democracia**. In: Em Aberto, Brasília, v.17, n.72, fev/jun, 2000, pp.60 -70. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/>

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto Político Pedagógico – Uma Construção Possível**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.